

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**O elo perdido**

É este sentimento de utilidade ao próximo que, a par do lucro, não se pode perder, nem deve ser subvertido



António João Maia

A recente crise bancária, cujos contornos são ainda pouco conhecidos, revela uma vez mais, tanto em Portugal como um pouco por todo o mundo ocidental, que o sistema económico e financeiro é uma enorme e complexa rede de vasos comunicantes, que tende a expandir-se em momentos de crescimento económico, mas que se revela vulnerável e exposto a desequilíbrios, como um frágil castelo de cartas, quando sopram as brisas da desconfiança e os ventos da recessão.

É verdade que os índices e os padrões médios de qualidade de vida associados a todo esse desenvolvimento económico e financeiro, nunca foram tão elevados como no presente! Mas também é verdade que as assimetrias entre ricos e pobres – entre os que têm e os que não têm acesso a esses padrões de bem-estar – parecem ser cada vez mais evidentes...

Este modelo de desenvolvimento económico, esta “economia de casino”, como alguns lhe chamam, em que, como jogadores compulsivos, se aposta tudo – o que se tem e até o que não se tem – na roleta que está a dar, permite, em caso de desfecho positivo, alcançar bons dividendos aos apostadores. Porém, quando as expectativas não se concretizam – quando a jogada não corre de feição –, a aposta traduz-se em perdas, as quais, alegadamente para manutenção do sistema – esta espécie de jogo – e da sua credibilidade, têm sido supridas com o auxílio do Estado, ou seja com o esforço de toda a sociedade. O modelo parece ter esquecido, ou pelo menos negligenciado, um elemento fundamental de qualquer estrutura de coesão social, económica e cultural, que é o bem comum, o interesse geral, a cooperação positiva, o dever servir a todos.

O elo perdido, como lhe chamo, parece ter dado lugar unicamente ao lucro...

O lucro não pode nem deve ser diabolizado. Ele é a força motivadora que impele os investidores na procura de novos produtos e mercados, para a satisfação de novas necessidades coletivas, para a melhoria dos índices de qualidade de vida e de bem-estar das pessoas. E é justamente esta noção de promoção do bem-estar colectivo que as forças do desenvolvimento económico não podem nunca perder de vista. Se a focagem se fizer só em função do lucro – e parece ter sido neste paradigma que a economia ocidental acabou por cair, e que a crise tem vindo a por a nu –, perde-se a noção do interesse geral, entra-se numa lógica de cegueira, os valores éticos são negligenciados, e, sobretudo quando as coisas correm menos bem, a sociedade no seu todo reduz os índices de confiança social e as pessoas tendem a sentir-se defraudadas, como vimos em “sociedade, regras, egoísmo e fraude” <http://www.ionline.pt/iopiniao/sociedade-regras-egoismo-fraude/pag/-1>.

Ocorre-me a este propósito uma história que aconteceu com colegas de profissão que têm estado em missão em

Timor. Certo dia, querendo realizar uma grelhada, cruzaram-se na praia com uma mulher que vendia alguns peixes acabados de pescar e perguntaram-lhe qual o preço dos peixes. Ela mostrou alguma reserva e questionou se desejavam adquirir a totalidade dos peixes. Ao verificar que era esse o propósito, questionou-se sobre a impossibilidade de vender peixes a outras pessoas igualmente interessadas, o que deixou os meus colegas perplexos e a necessitar de outra argumentação para a convencer a vender-lhes todos os peixes, o que fez com alguns sinais de contragosto...

É este sentimento de utilidade ao próximo que, a par do lucro, não se pode perder, nem deve ser subvertido. O exemplo da peixeira de Timor é revelador desse lado humano da economia...

Escreve à sexta-feira



“Economia de casino” esqueceu-se do dever da utilidade ao próximo

SESSÕES CONTINUAS

LAURO ANTÓNIO

Explosões de violência

Mulheres assassinadas, espancadas por maridos, companheiros ou namorados. Crianças maltratadas e mortas. Um bebé colocado num banho com água a ferver até morrer. Rixas entre vizinhos, compadres, amigos e inimigos, que acabam em banhos de sangue. Ajustes de contas entre dealers e consumidores, entre frequentadores e porteiros ou guarda-costas de bares. Assaltos a velhos e novos, violações. Nada disto, e muito mais, é, infelizmente, novidade. Sempre existiram e não-de continuar a existir. Fazem parte do lado mais negro da condição humana. Tenho a certeza de que a existência de um cada vez maior número de veículos de informação e, sobretudo, a existência cada vez mais intensa de uma comunicação social ávida de sensacionalismo tornam mais conhecidos casos que, anteriormente, se perdiam no anonimato. O que antigamente era do conhecimento de uma comunidade estrita, agora faz parte do domínio público, atingindo milhões de espectadores, ouvintes, leitores. Portanto, presentemente, temos conhecimento de mais casos, o que não quer dizer que na realidade eles sejam mais.

Sem ter conhecimento exacto das estatísticas comparadas que certamente existirão (e, quem sabe?, se não serão manipuladas pelos poderes estabelecidos), creio que nos encontramos num tempo perigoso que as condições sociais desencadeadas pela crise económica potencia de forma desesperada. A miséria, o desemprego, a falta de habitação condigna, a perda de casa própria, a promiscuidade, as dificuldades com a saúde, as falências bancárias, acrescidos de fenómenos de dependência do álcool, das drogas, vulgares em épocas normais, multiplicados pelas carências momentâneas, reforçam seguramente as crises de violência e de insanidade, acompanhadas por explosões de barbaridade incontida.

Este é certamente um fenómeno a ter devidamente em conta. A sociedade está doente. Muitas das causas são sobejamente conhecidas. Os remédios para acautelar a harmonia social também. Claro que, neste caso, existe igualmente um Serviço Nacional de Saúde. Mas não parece estar a funcionar bem.

Escreve à sexta-feira